

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE DEZEMBRO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhores Embaixadores; Senhoras e Senhores agraciados,

Todos sabem da importância da questão dos direitos humanos. Importante para mim, importante para todo o meu governo.

Aqui, há alguns companheiros de lutas contra o período do arbítrio. Sofremos, naquela época, como sofreram tantos brasileiros, e, certamente, a maioria mais do que eu.

Tenho um compromisso com esse tema que não vem de ontem. Vem de longa trajetória de preocupação com as liberdades democráticas e com os direitos da pessoa humana.

Ainda hoje, almoçando com Dom Paulo Evaristo Arns e alguns dos outros agraciados, ele recordava que foi um dos primeiros, senão o primeiro, depois que o centro de pesquisa onde eu trabalhava sofreu um atentado de uma bomba, a ir nos ajudar a mudar os móveis de lugar.

Assim era naquela época: éramos pesquisadores fazendo trabalhos tranquilos, distantes, certamente, das preocupações da vida prática dos

que estavam ativamente – por caminhos que nunca foram os meus – tratando de combater o autoritarismo através de meios violentos. Nós, distantes disso, sofríamos as conseqüências, como se perto estivéssemos. Na verdade, estávamos todos juntos, em um espírito de busca de liberdade por caminhos diferentes. Não cabe, agora, criticar caminhos, mas cabe, simplesmente, dizer que a motivação era esta.

Dom Paulo, àquela época, foi um baluarte, como continuou sendo, desse momento de recuperação de um Brasil que respeita os direitos humanos, que ama a liberdade e tem compromisso efetivo de vida com o povo e com a democracia.

Essa luta pelos direitos humanos não terminou com o fim do autoritarismo. Ela ganhou novo sentido. Os desafios, certamente, são novos. Temos novos problemas e também novos caminhos de solução para esses problemas.

Temos, nos últimos anos, reforçado os mecanismos de defesa dos direitos humanos, tanto aqui, internamente – e o Secretário Paulo Sérgio Pinheiro já os mencionou –, como externamente. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que hoje é chefiada pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, com o brilho que o caracteriza e com esse jeito de falar tão depressa e, não obstante, tão compreensível, está, portanto, em boas mãos. Ele leva adiante um trabalho que foi iniciado pelo Ministro José Gregori e pelo Embaixador Gilberto Sabóia. O trabalho deles, seguido agora pelo Paulo Sérgio, tornou essa Secretaria um órgão de fundamental importância para o Estado brasileiro.

É até mesmo difícil imaginar que não tivéssemos antes uma Secretaria dedicada exclusivamente aos direitos humanos. Tínhamos outros órgãos, mas não com essa hierarquia institucional e, portanto, tampouco com a capacidade de ação e de iniciativa que uma Secretaria Nacional tem nessa matéria. Ela delinea, hoje, com clareza o que temos de fazer, as diretrizes nessa caminhada e nesse esforço.

O documento que acabei de receber das mãos do Doutor Paulo Sérgio mostra bem a continuidade desse trabalho e sua abrangência. Não li ainda, mas certamente esse novo plano incorpora dimensões

novas nessa luta contínua pelo aperfeiçoamento dos seres humanos, que é a luta pelos direitos humanos.

Também no plano internacional temos tido uma ação importante. Não me refiro a essa ação simplesmente como se fossem passos para melhorar a nossa imagem. Acredito que, para melhorar a imagem, temos é que melhorar a atitude e a situação aqui dentro dos direitos humanos. À medida que isso ocorre, a imagem, necessariamente, melhora.

Não é com esse propósito, portanto, que participamos, no plano internacional, dos mecanismos adicionais de garantia dos direitos humanos no Brasil. Nós o fizemos – e fazemos – como um reconhecimento à competência de muitas novas dimensões internacionais que afetam e asseguram o avanço dos direitos humanos.

Foi o que fizemos ao reconhecer a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Não foi fácil. Existem sempre resistências conservadoras que dificultam, muitas vezes, a apreciação correta da importância de um tribunal como este. Mas o Brasil tomou uma posição muito clara nas reuniões havidas na Itália.

Agora, mais recentemente, participamos ativamente na reunião havida em Durban, na África do Sul, na Conferência Mundial contra o Racismo. Não foi uma participação qualquer. Foi uma participação baseada em um processo longo de preparação de quase dois anos. Esse processo foi feito sob a liderança da Secretaria de Direitos Humanos, envolvendo um espectro também muito amplo de representantes da sociedade civil. Esse processo ofereceu aos brasileiros uma oportunidade extraordinária de discussão e de reflexão para a superação do racismo e das diversas formas de discriminação em nossa sociedade. Esse esforço, agora, tem continuação no Ministério da Justiça, sobretudo no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que foi recentemente criado.

Um dos resultados dessa reflexão é que o Governo passou a orientar-se de forma decisiva pelo caminho das chamadas políticas alternativas, que começaram a ser postas em prática no Ministério do Desenvolvimento Agrário e, a partir de hoje, pelo Ministério da Justiça e pela própria Secretaria dos Direitos Humanos, sendo um marco na luta pela afirmação dos direitos dos brasileiros que não tiveram acesso histórico

às oportunidades para que se pudessem afirmar como pessoas e como segmentos sociais.

Essa iniciativa sempre contou, como sabem os Ministros, com o meu apoio, porque acredito que é necessário que o Brasil dê passos firmes, naturalmente refletidos, nessa matéria para que possamos, efetivamente, assegurar a todos os brasileiros um tratamento de igualdade.

Em Durban, a nossa delegação apoiou a aprovação de uma declaração e de um programa de ação que reconheceram a escravidão e o tráfico de escravos como são e deveriam ter sido sempre considerados: como um crime contra a humanidade.

Todos sabemos o quanto os negros sofreram com esse crime e o quanto as suas conseqüências se fazem sentir, ainda hoje, sob os seus descendentes em manifestações discriminatórias e racistas.

Também toda gente sabe – e se não sabe, fica sabendo – que isso, para mim, é uma matéria muito pessoalmente envolvida, posto que passei alguns anos da minha vida, como sociólogo, no início da minha carreira, estudando os negros e a discriminação racial no Brasil nas camadas, naturalmente, mais pobres do País, que são as populações negras.

De São Paulo até o Rio Grande do Sul, naquela época, nos anos 50, acredito que não houve favela que eu não tivesse palmilhado e não houve possibilidade que eu não tivesse aproveitado para não apenas estudar, mas – com Florestan Fernandes, com Octavio Ianni, com Renato Jardim e com tantos outros – para demonstrar a realidade brasileira, que, na época, anos 50, não era percebida ainda pelas nossas elites como se fosse aflitiva. Pelo contrário, se vivia embalado na ilusão de que isso aqui já era uma democracia racial perfeita, quando não era, quando até hoje não é. Mas ela contém elementos que permitem maior plasticidade e flexibilidade. Mas esses elementos, se não forem trabalhados, se não houver uma luta consciente pela igualdade contra a discriminação, não vamos avançar.

Pois bem, nós, lá em Durban, o que vimos foi a reafirmação da necessidade de que haja sociedades cada vez mais justas, baseadas na igualdade e na solidariedade.

É por isso que o Estado brasileiro reconhece as conseqüências danosas que a escravidão causou ao Brasil e continuará empenhado em repará-las através de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades.

Há um debate infundável sobre se as políticas devem ser universais ou específicas. Devem ser as duas coisas. Precisamos de políticas universais que permitam que todos vão à escola, que todos tenham, naturalmente, acesso aos medicamentos e ao tratamento da saúde. Diga-se, entre parênteses, que tivemos uma luta muito grande na Organização Mundial do Comércio (OMC) e vencemos, na questão das patentes, em que ficou claro que a vida prevalece sobre o lucro e, portanto, a patente, em certas circunstâncias, pode e deve ser quebrada para assegurar condições de tratamento.

Enfim, todas essas lutas que universalizam a oportunidade do acesso e do tratamento ao conjunto da população são louváveis. Mas também é inegável que algumas ações especiais têm que ser tomadas para que na questão de gênero, na questão de raça haja um movimento efetivo de uma maior igualdade.

Nós, evidentemente, que estamos empenhados nessa matéria, devemos lutar para eliminar todos os resquícios de discriminação.

Além das medidas que já foram anunciadas pelo Secretário Paulo Sérgio Pinheiro, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação deverá estudar a adoção de políticas afirmativas em favor dos afrodescendentes. Essas políticas se referem a temas concretos: investimentos preferenciais na área da educação, saúde, habitação, saneamento, água potável, controle ambiental nas regiões ou áreas habitadas majoritariamente por afrodescendentes, quer dizer, as mais pobres do País, em geral; destinação de recursos públicos, inclusive com a participação da iniciativa privada nas bolsas de estudos para estudantes negros e, eventualmente, a criação de um fundo que permita a materialização e a visualização desses mecanismos de apoio aos estudantes negros; projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas; projetos para a formação de lideranças negras; projetos de apoio a empreendedores negros ou a empreendedoras negras; projetos de inter-

câmbio com países africanos e troca de experiências com instituições de outras regiões.

Esse esforço, naturalmente, deve envolver uma luta para aquisição, por parte dos afrodescendentes, de posições mais adequadas da burocracia. Daí as medidas que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e os outros demais Ministros já estão tomando para que possamos avançar mais.

Quero lhes dizer que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos vai apoiar um programa de ação afirmativa no Instituto Rio Branco, que é o responsável pela formação dos diplomatas brasileiros. Serão concedidas 20 bolsas de estudos para afrodescendentes para que se preparem, especificamente, para o concurso que haverá – como há todo ano – no Itamaraty. Precisamos ter um conjunto de diplomatas – temos poucos – que sejam o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida, e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é.

Já no próximo exame do Instituto Rio Branco vamos, pela primeira vez, iniciar esse processo de acesso. As inscrições podem ser feitas pela Internet. E, naturalmente, o critério do Brasil é um critério de auto-identificação. Não há nenhum critério discriminatório: este é branco, este é moreno, este é mulato, este é amarelo, este é negro. Até porque é muito difícil. O arco-íris é muito grande. Mas cada um sabe a identidade que tem, ou a que deseja ter, e se inscreve de acordo com sua preferência cultural e, naturalmente, embasado numa trajetória de vida e em alguma eventual característica física, não necessária.

Quero também dizer que estamos anunciando, hoje, a decisão do Governo de formular um convite permanente a todos os relatores especiais da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para que visitem o Brasil sempre que julgarem necessário. Isso é um sinal de um país de portas abertas. Aqui, não queremos esconder nada. Nós queremos avançar e melhorar. Já recebemos algumas visitas desses relatores, mas em caráter, às vezes, extraordinário, esporádico. Agora, estamos fazendo um convite permanente.

Daqui a poucas semanas, em janeiro, teremos uma nova visita da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson,

uma pessoa extraordinária. Ela será muito bem-vinda aqui, entre nós, para verificar os avanços e, eventualmente, os retrocessos, que podem haver também, e apontar os erros, em discussão conosco. A decisão será nossa, não será deles. Mas tomaremos as medidas cabíveis para avançar.

Também queria deixar clara uma outra matéria: o Governo Federal não está de acordo com a idéia de rebaixamento da idade mínima para responsabilização penal. Seria um erro culpar a criança. Existem os adultos, os conselhos. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não acreditamos que o caminho de penalização da criança seja o caminho para evitar a violência. Há muitos outros mecanismos. Não sou favorável a essas idéias de primeiro impulso, que vão muito mais na direção da frase final que disse na França, e que o Paulo Sérgio acabou de repetir, que, em certos momentos, como no momento do combate ao terrorismo, as pessoas esquecem as questões fundamentais dos direitos humanos e parece que o terrorismo ganha tanta força que mata a razão.

Não podemos, aqui, por causa da violência – que nos apavora e efetivamente requer um combate eficaz e permanente –, nos envolver numa atitude de insensatez e de irracionalidade de buscarmos bodes expiatórios para que as nossas tranqüilidades sejam mantidas. Não. É uma questão difícil, de combate permanente, cheia de problemas – não é o caso de revivê-los agora –, mas certamente não será pelo caminho mais fácil, dando, simplesmente, uma sensação à sociedade de que se está sendo “duro”, quando, na verdade, se está sendo apenas escapista, não se está enfrentando os problemas pela raiz. Não vamos concordar com isso mais, não.

Hoje, temos realmente uma grande satisfação de, uma vez mais – é a sétima vez que faço no meu Governo –, distinguir algumas pessoas e entidades que lutam no Brasil pelos direitos humanos, que lutam pela igualdade. Quero lhes dizer que faço isso, como já disse aqui, de todo o coração, e o Governo faz empenhadamente. Quero repartir essa possibilidade de estarmos juntos, aqui, com o Congresso Nacional. Aqui, nós temos o Deputado Antônio Carlos Pannunzio, o Deputado Luís Eduardo Greenhalgh, que eu cito e, ao citá-los, cito o Congresso Nacional, que tem apoiado também, sempre, a luta pelos direitos humanos.

E ao felicitá-los, vivamente, desejo ao Paulo Sérgio, que está iniciando a sua trajetória como Secretário Nacional dos Direitos Humanos, que vá em frente, com essa capacidade extraordinária de convencimento, essa fibra, essa tenacidade. Ele pode ter certeza de que sempre encontrará apoio no Ministro da Justiça e em mim, até porque nós dois sabemos, de perto, o que é o desrespeito aos direitos humanos.

Muito obrigado.